

Demonstrações Financeiras

Central Eólica Volta do Rio S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	8
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	17
5. CONTAS A RECEBER.....	18
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	18
7. DEPÓSITOS VINCULADOS	18
8. IMOBILIZADO	19
9. INTANGÍVEL	20
10. FORNECEDORES	22
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	22
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	22
13. PROVISÕES PARA RISCOS	25
14. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS.....	26
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
<u>16.</u> RECEITA	30
17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	30
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	31
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	31
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	33
21. COMPROMISSOS.....	37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$180.000 mil (R\$274.867 mil em 31 de dezembro de 2022), representado por 180.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (274.867.441 em 31 de dezembro de 2022), de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia apresentou um lucro de R\$37.162 mil em 2023, comparado a um lucro de R\$41.764 mil em 2022. A variação justifica-se, principalmente, pela redução da receita líquida e aumento dos custos operacionais, motivamos, principalmente, pelo aumento dos custos com serviços de terceiros.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$86.039 mil em 2023, em comparação a R\$89.275 mil em 2022, representando uma redução de 3,62%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional totalizaram R\$8.945 mil em 2023, comparados a R\$3.533 mil em 2022.

Em 2023, a Companhia passou a estar enquadrada no regime tributário de lucro real, aumentando as alíquotas dos tributos incidentes sobre a receita operacional. Com isso, observa-se um crescimento das deduções da receita operacional.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$50.315 mil em 2023, em comparação a R\$45.225 mil em 2022, representando um aumento de 11,26%.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2023 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$7.971 mil, comparada a uma receita financeira líquida de R\$2.290 mil em 2022. Tal variação se deve, principalmente, pelo aumento com renda de aplicações financeiras em 2023.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$6.533 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente, no mesmo período de 2022, a Companhia apurou despesas no montante de R\$4.576 mil.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o Lajida foi de R\$55.171 mil (R\$62.734 mil em 2022). A margem do Lajida foi de 64,12% em 2023 e 70,27% em 2022, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var. %
Resultado do exercício	37.162	41.764	(11,02)
Amortização e depreciação	19.447	18.683	4,09
Resultado financeiro	(7.971)	(2.290)	248,08
Despesa de IR e CS	6.533	4.577	42,74
Lajida	55.171	62.734	(12,06)

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$37.162, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.858 para constituição de reserva legal;
- R\$9.341 de dividendos intermediários pagos;
- R\$8.311 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$17.652 a título de dividendos adicionais propostos;

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Central Eólica Volta do Rio S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Volta do Rio S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 04 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.818	10.489
Títulos e valores mobiliários	4	25.524	61.218
Contas a receber	5	44.559	43.123
Tributos Compensáveis	6	534	534
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	796
Depósitos vinculados	8	-	4.293
Outros ativos		220	26
TOTAL DO CIRCULANTE		82.655	120.479
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	231
Depósitos vinculados a litígios		10	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12b	9.895	164
Imobilizado	8	160.025	165.272
Intangível	9	2.681	1.101
Direito de Uso		189	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		172.800	166.778
ATIVO TOTAL		255.455	287.257

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	4.194	4.681
Dividendos a pagar	15	8.311	-
Impostos, taxas e contribuições	11a	3.424	3.089
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12 ^a	6.202	2.054
Outros passivos		2.149	2.057
Provisões		375	-
Passivo de Arrendamento		59	-
TOTAL DO CIRCULANTE		24.714	11.881
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	19	843	842
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	592	-
Provisão para desmobilização de ativos	14	28.423	25.914
Provisões de licença de operação	9	1.118	-
Outros passivos		120	120
Passivo de Arrendamento		135	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		31.231	26.876
TOTAL DO PASSIVO		55.945	38.757
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	180.000	274.867
Reserva de lucros		19.510	-
Prejuízos acumulados		-	(26.367)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		199.510	248.500
PASSIVO TOTAL		255.455	287.257

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	16	86.039	89.275
CUSTOS OPERACIONAIS	17		
Custos com energia elétrica		(5.203)	(5.316)
Custos de operação		(39.773)	(34.900)
		(44.976)	(40.216)
LUCRO BRUTO		41.063	49.059
DESPESAS OPERACIONAIS	17		
Despesas gerais e administrativas		(4.307)	(4.035)
Outras despesas operacionais		(1.032)	(974)
		(5.339)	(5.009)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		35.724	44.050
Receitas financeiras	18	11.322	6.086
Despesas financeiras	18	(3.351)	(3.796)
		7.971	2.290
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		43.695	46.340
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(15.672)	(5.855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	9.139	1.279
RESULTADO DO EXERCÍCIO		37.162	41.764

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	37.162	41.764
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	37.162	41.764

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)**

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Lucros acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	274.867	-	-	(68.131)	-	206.736
Resultado do exercício	-	-	-	41.764	-	41.764
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	274.867	-	-	(26.367)	-	248.500
Redução de capital	(94.867)	-	-	26.367	-	(68.500)
Resultado do exercício	-	-	-	-	37.162	37.162
Destinação do resultado do exercício						
Reserva legal	-	1.858	-	-	(1.858)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(8.311)	(8.311)
Dividendos adicionais	-	-	17.652	-	(17.652)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(9.341)	(9.341)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	180.000	1.858	17.652	-	-	199.510

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	37.162	41.764
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 17)	19.402	18.683
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados (Nota 18)	-	(32)
Imposto de renda e contribuição social	6.533	4.576
PIS/Pasep e Cofins diferidos	-	(1.304)
Amortização do direito de uso	45	-
Renda de aplicação financeira	(10.453)	(5.479)
Provisões	28	-
Variação monetária - Desmobilização de ativos (Nota 14)	2.509	3.678
	55.226	61.886
(Aumento) Redução de ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	(1.436)	(6.066)
Tributos compensáveis	534	326
Despesas antecipadas	1	528
Outros ativos	(183)	121
	(1.084)	(5.091)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	(487)	(856)
Impostos, Taxas e Contribuições	335	4.051
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(3.983)	(5.093)
Provisões	1.493	-
Outros passivos	286	261
	(2.356)	(1.637)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	51.786	55.158
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.541)	(762)
Juros resgatados	9.702	2.147
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	53.947	56.543
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição ao imobilizado e intangível (Nota 8)	(15.735)	(11.104)
Aplicações em Títulos e Valores mobiliários	(85.537)	(95.480)
Resgate de Títulos e valores mobiliários	122.214	58.620
Depósitos vinculados (Nota 7)	4.293	1.026
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	25.235	(46.938)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(9.341)	-
Arrendamentos pagos	(12)	-
Redução de capital	(68.500)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(77.853)	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.329	9.605
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	10.489	884
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	11.818	10.489

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Volta do Rio S.A., localizada no município de Acaraú, Estado do Ceará. A Companhia tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução ANEEL no 660/2001, com início de sua operação comercial em setembro/2010.

Em 20 de dezembro de 2018, a Central Eólica Volta do Rio S.A. passou a ser uma subsidiária integral da Cemig GT.

A Central Eólica Volta do Rio S.A. é um empreendimento localizado em Acaraú, no estado do Ceará. O aproveitamento é de 42 MW de potência instalada distribuídos em 28 aerogeradores de 1,5 MW. Toda sua energia é comercializada por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (“PROINFA”).

Em 31 de dezembro de 2023, a Central Eólica Volta do Rio S.A. estava com todos seus 28 aerogeradores em operação, situação que permanece estável até o presente momento.

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 04 de junho de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Imobilizado e Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 13 – Provisões para riscos (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 14 – Provisão para desmobilização de ativos;
- Nota 20 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e	A Companhia adotou as alterações ao CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis, julgando a materialidade das mesmas.
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. A Companhia já havia contabilizado o imposto diferido sobre arrendamentos e provisões para desmantelamento, resultando em um efeito semelhante ao das alterações propostas. Sendo assim, não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
ICPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez. Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.	01/01/2024
CPC 06 – Arrendamentos – Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.8 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir do quarto trimestre de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

2.9 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

	2023	2022
Contas bancárias	144	62
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	47	109
Overnight	11.627	10.318
Total	11.818	10.489

Os **Certificados de Depósito Bancário – CDB** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 99% do CDI em 2023 (93,5% a 99% do CDI em 2022).

As **operações de overnight** consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa que variou entre 11,42% a.a. e 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (entre 13,62% a.a. e 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

Estão divulgados na nota explicativa nº 20 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2.437	6.722
Letras Financeiras Bancos - LFs	15.733	40.034
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	7.094	14.111
Debêntures	260	351
	25.524	61.218
Não circulante		
Debêntures	-	231
	-	231
Total	25.524	61.449

Os **Certificados de Depósito Bancário – CDB** pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam de 103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% e 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título em 2023 variaram entre 11,83% a.a. a 11,85% a.a. (13,65% a.a. a 13,88% a.a. em 2022).

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 20. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONTAS A RECEBER

	2023	2022
Ativo circulante		
Venda de energia faturada	12.247	13.727
Ajuste de energia	32.312	29.396
Total	44.559	43.123

O ajuste de excedente de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada pela Eletrobras no ano corrente. O valor do ajuste de energia gerada ao final dos doze meses do ano corrente, positivo ou negativo, será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento ao longo do próximo exercício e garantia de pagamento pela Eletrobras de valor mínimo de faturamento mensal correspondente à 70% da energia contratada.

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 20.

	2023	2022
Energia gerada em MWh	129.950	120.147
Energia faturada em MWh	83.786	83.786
Ajuste de energia em MWh	46.164	36.361
Ajuste de energia em R\$ mil	32.312	29.396

Política contábil

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2023	2022
Circulante		
Cofins	439	439
PIS/Pasep	95	95
	534	534

(a) Referem-se a créditos oriundos de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia à Eletrobras e a créditos oriundos de retenções na fonte de aplicações financeiras.

7. DEPÓSITOS VINCULADOS

	2023	2022
Conta reserva especial	-	3.878
Atualização financeira	-	415
Total	-	4.293

Os depósitos vinculados referiam-se ao contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal.

A conta centralizadora, recebedora das receitas oriundas do contrato com o Proinfa, era utilizada pela Caixa Econômica Federal para depósito nas contas reserva, reserva especial e para pagamento das obrigações do contrato de dívida. Devido à amortização antecipada da dívida, apenas a reserva especial deverá ser mantida e os recursos remanescentes são liberados para livre movimentação.

Em 18 de abril de 2023, a Caixa Econômica Federal emitiu o termo de quitação e liberação das garantias, desta forma a partir do 2º trimestre de 2023, não será mais necessário manter o depósito nas contas reserva, reserva especial e para pagamento das obrigações do contrato de dívida.

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2023			2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado							
Móveis e utensílios	6,16	91	(80)	11	91	(74)	17
Máquinas e equipamentos (1)	5,49	366.976	(223.066)	143.910	363.329	(204.029)	159.300
Edificações	11,09	1.027	(116)	911	40	(2)	38
Veículos		111	(111)	-	111	(111)	-
Imobilizado em curso		15.193	-	15.193	5.917	-	5.917
Total do Imobilizado		383.398	(223.373)	160.025	369.488	(204.216)	165.272

(1) Em 2023, a taxa média de depreciação da conta “Máquinas e equipamentos” é de 5,49% a.a. e “Edificações” 11,09% a.a. (5,39% a.a. e 10,43% a.a. em 2022, respectivamente).

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2022	Adição (A)	Baixa (B)	Transferência (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2023
Imobilizado								
Máquinas e equipamentos	363.329	-	-	3.647	366.976	3.647	(223.066)	(143.910)
Edificações	40	-	-	987	1.027	987	(116)	911
Móveis e utensílios	91	-	-	-	91	-	(80)	11
Veículos	111	-	-	-	111	-	(111)	-
Imobilizado em curso	5.917	13.910	-	(4.634)	15.193	9.276	-	15.193
Total do Imobilizado	369.488	13.910	-	-	383.398	13.910	(223.373)	160.025

	Valor bruto em 31/12/2021	Adição (A)	Baixa (B)	Transferência (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado								
Máquinas e equipamentos	348.890	-	(2.000)	16.439	363.329	14.439	(204.029)	159.300
Edificações	-	-	-	40	40	40	(2)	38
Móveis e utensílios	91	-	-	-	91	-	(74)	17
Veículos	111	-	-	-	111	-	(111)	-
Imobilizado em curso	11.292	11.104	-	(16.479)	5.917	(5.375)	-	5.917
Total do Imobilizado	360.384	11.104	(2.000)	-	369.488	9.104	(204.216)	165.272

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2023, a taxa média de depreciação anual foi de 5,51% (5,39% em 2022).

Política contábil

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas, líquidas”.

9. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização (%)	2023			2022		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível							
Servidão	8,33	3.295	(652)	2.643	1.470	(369)	1.101
Licença de uso de software	20,71	38	-	38	38	(38)	-
Total do Intangível		3.333	(652)	2.681	1.508	(407)	1.101

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2022	Adição (A)	Baixa (B)	Transferência (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização acumulada	Saldo em 31/12/2023
Intangível								
Servidão	1.470	145	-	1.680	3.295	1.825	(652)	2.643
Licença de uso de software	38	-	-	-	38	-	-	38
Intangível em curso (1)	-	1.680	-	(1.680)	-	-	-	-
Total do Intangível	1.508	1.825	-	-	3.333	1.825	(652)	2.681

	Valor bruto em 31/12/2021	Adição (A)	Baixa (B)	Transferência (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização acumulada	Saldo em 31/12/2022
Intangível								
Servidão	1.470	-	-	-	1.470	-	(369)	1.101
Licença de uso de software	38	-	-	-	38	-	(38)	-
Total do Intangível	1.508	-	-	-	1.508	-	(407)	1.101

(1) Inclui o montante de R\$ 1.580 referente aos gastos com as condicionantes ambientais que foram registrados em contrapartida ao passivo. Essa transação não afeta o caixa, não estando refletida na Demonstrações dos Fluxos de caixa.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2023, a taxa média de amortização anual foi de 11,91% (8,55% em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Licença de operação

A Companhia, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, obteve a licença de operação da Volta do Rio. Os gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, foram estimados e reconhecidos, em contrapartida ao intangível. Os gastos estimados com as condicionantes ambientais foram trazidos a valor presente considerando a taxa incremental.

Política contábil

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Estimativas e julgamentos

A amortização é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

10. FORNECEDORES

	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	443	532
Materiais e serviços	3.641	4.039
Outros	110	110
Total	4.194	4.681

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
Circulante		
ICMS	3	2
Cofins	2.314	1.451
PIS/Pasep	501	314
INSS	442	670
ISSQN	-	378
Outros	164	274
	3.424	3.089

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2023	2022
Circulante		
Imposto de renda	4.484	1.409
Contribuição social	1.718	645
	6.202	2.054

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo Diferido	2023	2022
Não Circulante		
Imposto de renda	7.253	-
Contribuição social	2.642	164
	9.895	164

Passivo Diferido	2023	2022
Não Circulante		
Imposto de renda	435	-
Contribuição social	157	-
	592	-

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

	2023	DRE	DRA	2022
Ativos fiscais diferidos				
Arrendamento IFRS 16	2	2	-	-
Direito de uso	57	57	-	-
Impairment	5	5	-	-
Provisão desmantelamento	9.831	9.666	-	164
Total	9.895	9.731	-	164
Passivos fiscais diferidos				
Ativo desmantelamento	(435)	(435)	-	-
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	(157)	(157)	-	-
Total	(592)	(592)	-	-

c) Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, a Companhia passou a ser tributada pelo regime de tributação do lucro real. O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrado abaixo:

	2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO REAL		
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(43.695)	(43.695)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(10.900)	(3.933)
Doação indedutível - Lei Roaunet - art. 18	(34)	(12)
Doações indedutíveis	(51)	(18)
Gratificação Administradores	(26)	-
Incentivos fiscais	270	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Despesa Efetiva	(10.740)	(3.963)
Alíquota	25%	9%
Corrente	11.446	4.226
Diferido	(6.720)	(2.419)

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento bruto de energia elétrica	94.804	94.804
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	7.584	11.376
Receitas financeiras sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	2.710	2.710
Base de cálculo do lucro presumido	10.294	14.086
Alíquota	15%	9%
IR e CS	1.544	1.268
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	1.005	-
IR e CS – Total	2.549	1.268
Rendas de aplicações não resgatadas	2.417	2.417
Alíquota	25%	9%
IR e CS – Diferidos	604	218
Receita por competência - Ajuste de receita	(1.996)	(1.996)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo	(160)	(240)

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferidos	(40)	(22)
Realização de rendas não resgatadas acumuladas	2.932	2.932
Alíquota	25%	9%
IR e CS	733	264
Realização de receita por competência diferida acumulada	33.787	33.787
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo	2.703	4.054
Alíquota	25%	9%
IR e CS	676	365
IR E CS - Despesa	4.522	2.093
Corrente	3.958	1.897
Diferido	(845)	(433)

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao CPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável

que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto no seguinte caso:

Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

13. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte dos seguintes processos judiciais e administrativos:

	2022	Adições	Reversões	Liquidações	2023
Provisões					
Regulatórias	-	8		(8)	-
Outras	-	4	-	(4)	-
	-	12	-	(12)	-

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

Cíveis

Ainda, a Companhia está envolvida em ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$107 (R\$97 em 31 de dezembro de 2022).

Tributárias

Também é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$249 (R\$2.240 em 31 de dezembro de 2022).

Outras

A Companhia está envolvida em ações patrimoniais, a qual foi movida para exclusão da Companhia do agrupamento de execução referente a questões imobiliárias, no montante de R\$8.013 (R\$13 em 31 de dezembro de 2022).

Geração Eólica da CE Volta do Rio

A Central Eólica Volta do Rio e sua controladora Cemig são rés de auto de infração proposto, em 2022, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU/CE), que considerou que aterros, enrocamentos e torres para instalação de sistema de geração eólica da CE Volta do Rio estariam localizados em faixa de praia. Em razão disso, aplicou-se à Central Eólica Volta do Rio as penalidades de: (i) demolição e/ou remoção das construções, bem como dos equipamentos instalados, caso não sejam passíveis de regularização; (ii) multa mensal para cada metro quadrado impactado pelas instalações. A Companhia apresentou defesa da autuação e recurso administrativo. O montante da contingência foi estimado em R\$174.347, em 31 de dezembro de 2023, e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

14. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de

ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Conforme previsto na Resolução ANEEL 660/2001, a Volta do Rio está autorizada a operar até dezembro de 2031. É esperado que, após o encerramento do prazo de autorização da operação, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Ativo	
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2021	4.341
Amortização	(434)
Remensuração (1)	(1.948)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2022	1.959
Amortização	(218)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2023	1.741

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.184
Variação monetária	3.678
Remensuração (1)	(1.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25.914
Variação monetária	2.509
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.423

(1) Em atendimento ao CPC 25, a Companhia reavaliou a taxa de desconto utilizada para refletir em valor presente os custos estimados para desmobilização do parque eólico. Considerando que a variação da NTN-B Principal foi significativa, a Companhia aplicou o efeito da mudança da taxa de desconto na remensuração, sendo a taxa de 6,07%.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R\$180.000 (R\$274.867 em 31 de dezembro de 2022), representado por 180.000.000 ações ordinárias (274.867.441 em 31 de dezembro de 2022), todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 01 de junho de 2023, a redução de capital social da Companhia no montante total de R\$94.867, sendo R\$26.367 de redução de capital mediante incorporação do prejuízo acumulado existente e R\$68.500 de redução de capital mediante restituição ao acionista. Assim, o capital social passou de R\$274.867 para R\$180.000.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas

Reserva de Lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2023	2022
Reservas de lucros		
Reserva legal	1.858	-
Reserva de Retenção de Lucros	17.652	-
	19.510	-

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei. No 2º trimestre de 2023 a Caixa Econômica Federal – CEF, emitiu o termo de quitação e liberação das garantias o que encerrou a obrigatoriedade de redução do limite de dividendos para 25%.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2023	2022
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	37.162	-
Reserva Legal Constituída	1.858	-
	35.304	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios – 50%	17.652	-
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	8.311	-
Dividendos intermediários	9.341	-
Dividendos Adicionais Propostos	17.652	-
	35.304	-

Destinação do resultado de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$37.162, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.858 para constituição de reserva legal;
- R\$9.341 de dividendos intermediários pagos;
- R\$8.311 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$17.652 a título de dividendos adicionais propostos;

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

d) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	25.559
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	(12.780)
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	(12.779)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	8.311
Proposta de dividendos adicionais ref. 2023	17.652
Proposta de dividendos intermediários ref. 2023	9.341
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.304

e) Pagamento dos dividendos

Pagamento de dividendos intercalares ref. 2022	9.341
Saldo	9.341

16. RECEITA

	2023	2022
Venda de energia	94.984	92.808
Deduções à receita operacional (a)	(8.945)	(3.533)
Receita operacional líquida	86.039	89.275

(a) Deduções à receita operacional

	2023	2022
PIS/Pasep e Cofins correntes	(8.786)	(4.694)
PIS/Pasep e Cofins diferidos	-	1.304
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(159)	(143)
Total das deduções	(8.945)	(3.533)

Política contábil

As receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte. O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente. A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pelo suprimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é suprida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos com energia elétrica

	2023	2022
Encargos de uso da rede básica de transmissão	5.203	5.316
	5.203	5.316

Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	-	-	2.320	2.455	2.320	2.455
Materiais	1.041	1.812	24	138	1.065	1.812
Serviços de Terceiros	17.979	12.959	1.963	1.580	19.942	14.539
Depreciação	19.447	18.683	-	-	19.447	18.683
Outros custos/despesas	1.306	1.446	1.032	836	2.338	2.420
TOTAL	39.773	34.900	5339	5.009	45.112	39.909

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	10.351	5.597
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados	447	447
Outras receitas financeiras	1.076	42
PASEP e COFINS incidente sobre as receitas financeiras	(552)	-
	11.322	6.086
Despesas financeiras		
Variação monetária – Provisão para desmobilização de ativos	(2.516)	(3.678)
Outras despesas financeiras	(835)	(118)
	(3.351)	(3.796)
Resultado financeiro	7.971	2.290

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos e à variação monetária da provisão para desmobilização de ativos.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Encargos								
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	8	7	-	-	(86)	(75)
Centroeste	-	-	-	-	-	-	(4)	-
Taesá	-	-	26	24	-	-	(289)	(295)

Os Encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.187	1.825	-	-	(2.286)	(3.019)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	359	158	-	-	(2.190)	(2.216)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Notas de débito								
Centrais Eólicas Praias de Parajuru S.A.	-	-	843	843	-	-	-	-

A Companhia possui uma obrigação com a Centrais Eólicas Praias de Parajuru referente a reembolso de pagamentos de despesas realizados pela Centrais Eólicas Praias de Parajuru por serviços prestados pela WEG para a recuperação integral de um gerador síncrono (protótipo).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	11.628	10.318	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	25.524	61.219	-	-	1.093	3.473	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	231	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	121	100
Participação nos resultados	28	27
Previdência privada	11	9
Planos de saúde e odontológico	1	1
Total (1)	161	137

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as políticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes		44.559	44.559	43.123	43.123
Títulos e valores mobiliários		-	-	8.442	8.442
Depósitos vinculados - Aplicações financeiras		-	-	4.293	4.293
		44.559	44.559	55.858	55.858
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	11.674	11.674	10.427	10.427
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	2.437	2.437	6.722	6.722
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	15.733	15.733	31.823	31.823
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	7.094	7.094	14.111	14.111
Debêntures	2	260	260	351	351
		37.198	37.198	63.434	63.434
		81.757	81.757	119.292	119.292
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(4.194)	(4.194)	(4.681)	(4.681)
Partes relacionadas - Notas de débito		(843)	(843)	(842)	(842)
		(5.037)	(5.037)	(5.523)	(5.523)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em dois níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no

alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	4.191	3	-	-	-	4.194
Passivo de arrendamento	5	10	46	158	-	219
Total	4.196	13	46	158	-	4.413

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobras no âmbito do Proinfa, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar a redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos

contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

21. COMPROMISSOS

Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento mensal
367,02	02/02/2002	14/07/2030	28 anos	2% da Receita operacional

* * * * *

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Volta do Rio S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2024.

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro

Nelson Tamietti, Conselheiro

Paulo Roberto de Brito Mosqueira, Conselheiro